



Créditos da Imagem: Depositphotos

Governança Compartilhada: uma nova abordagem na solução de problemas públicos

por REGINA ESTEVEZ

A pandemia do novo coronavírus no Brasil e no mundo, em 2020, fez surgir algumas questões antes menos evidentes aos olhos da sociedade brasileira, expondo novos mecanismos de articulação entre sociedade e Estado, que contribuíram para que o setor público pudesse atuar de

modo rápido e inovador, com o objetivo de amenizar a crise que se instalou. Em meio a um contexto inédito, novas práticas de governança, ainda pouco disseminadas na administração pública, ganharam relevo no ambiente governamental.

Assim, a governança compartilhada ganhou visibilidade e importância, construindo novos caminhos para a gestão pública no país. Como conceito, a governança compartilhada incorpora, como prática central, a articulação institucional dos diferentes setores da sociedade – público, privado e sociedade civil organizada – que, em conjunto, buscam soluções cooperativas para a resolução dos problemas enfrentados no cotidiano do cidadão.

Essa articulação institucional se caracteriza principalmente por colocar em relevo estratégias cooperativas de resolução de problemas públicos, que passam a contar com múltiplos olhares em busca de sua solução. Neste contexto, a atuação da Comunitas vem se fundamentando na visão de que as instituições públicas podem ser influenciadas positivamente por um ambiente decisório, em que a cooperação entre os diversos setores da sociedade é chave para o alcance dos objetivos da gestão pública.

Sendo assim, a geração de valor para a sociedade compreende a tarefa de construir pontes baseadas nos pilares do conceito de governança compartilhada, tais quais confiabilidade, flexibilidade, descentralização e busca por resultados, como exposto por Angelis (2015). Resolver problemas complexos por meio de olhares plurais e abrangentes dos diversos atores permite ampliar os espaços públicos de decisão, fortalecendo a democracia, que passa também a ser exercida para além do sistema eleitoral, por meio do engajamento cidadão na resolução dos problemas, o que consequentemente garante a manutenção e sustentabilidade do processo de desenvolvimento.

Como observamos nos últimos dois anos com sucesso, o poder público deixou de ser somente aquele que monopoliza a criação e aplicação das soluções para os problemas públicos e passou a funcionar como uma plataforma de impulso do desenvolvimento da sociedade de forma unificada. Assim, a prática

do conceito de governança compartilhada se firmou como um formato inovador de cocriação de políticas públicas que buscam endereçar solução para os desafios da sociedade. Além disso, a prática da governança compartilhada permite entender melhor as demandas e distinguir quais são as melhores maneiras para auxiliar a administração e o gestor público no enfrentamento dos desafios.

Durante a pandemia, a atuação da Comunidades reforçou o conceito, através da articulação de diversas iniciativas, que, de forma colaborativa, apoiaram o setor público no fornecimento de EPI's, respiradores e outros materiais hospitalares que estavam em falta nos hospitais da rede pública. Essa articulação demonstrou o quanto a iniciativa privada foi essencial para auxiliar na rápida solução do problema.

Outra iniciativa importante que consolidou a prática da governança compartilhada se originou no estado de São Paulo e foi replicada para outros estados, o Renda Merenda. O programa teve como objetivo amenizar as dificuldades das famílias mais vulneráveis, que já não mais contavam com a merenda escolar para a alimentação de seus filhos, através de um apoio financeiro emergencial, no formato de transferência de renda para aquisição de bens alimentícios. Neste caso, com base no orçamento público e apoio de recursos privados, buscou-se garantir a segurança alimentar das famílias, em um contexto marcado por outras múltiplas privações.

Por último, e dessa vez fora do contexto da pandemia, também vale mencionar o projeto Pacto Pelotas pela Paz, que é mais uma iniciativa de articulação institucional entre a gestão pública e a sociedade civil, no formato de um pacto celebrado, através do poder público municipal, com o setor privado, órgãos públicos ligados à segurança e a sociedade civil, para apoiar ações e política que reduzam índices de violência no território municipal.

Esse projeto tem obtido resultados muito satisfatórios, como uma queda de 79% nos índices de homicídios dolosos, 74% na incidência de roubos a pedestres e 95% em roubos nos transportes públicos. Por conta do sucesso obtido e pelo baixo custo para implantação, o projeto foi replicado para todo o estado do Rio

Grande do Sul. Portanto, em mais um exemplo, vemos a articulação institucional, através do conceito de governança compartilhada, provocar mudanças significativas na melhoria na prestação de serviços ao cidadão.

Esses projetos evidenciam o potencial que a governança compartilhada tem, não só na resolução de problemas, mas também na reforma do Estado e modernização do setor público. Entender que a colaboração intersetorial é um passaporte para o desenvolvimento sustentável do país é fundamental, pois além de unificar os princípios dos 5Ps (paz, pessoas, planeta, prosperidade e parcerias), ela dá um passo na direção do futuro da gestão pública. Não à toa, quanto mais olhamos para fora do território nacional, mais identificamos as novas tendências de fazer governo de uma forma mais holística, priorizando os múltiplos olhares da sociedade.

Por fim, ressalta-se a importância de enxergar a mudança na gestão pública de uma perspectiva mais estrutural, de modo que a sociedade consiga avançar e mobilizar uma ampliação das parcerias, as quais têm como objetivo transformar a sociedade através da geração de impacto social de maneira equitativa para todos.

É inegável que o que vivemos nos últimos dois anos no período da pandemia serviu não só para aprendermos a trabalhar juntos, mas também possibilitou a promoção de novas oportunidades, as quais abriram muitas portas para criar vínculos e fortalecer laços antes mais distantes. No mais, esse período extraordinário evidenciou o quão imprescindível é, para nós, como sociedade, pertencer a uma causa e dividir desafios, sejam eles grandes ou pequenos, de baixa ou alta complexidade. O importante é caminharmos juntos para um desenvolvimento mais justo e próspero. Essa é a grande chave para o sucesso da administração pública brasileira.



**REGINA
ESTEVEZ**



É diretora-presidente da Comunitas. Conselheira junto a Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado (Fecap), Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e Confederação Nacional da Indústria (CNI) e é articulista fixa da Revista Exame. Eleita uma das 20 mulheres de sucesso deste ano pela Revista Forbes Brasil.